

A AMÉRICA DE PAPEL

*Rafael Baitz**

Resumo

A construção da idéia de nacional brasileiro sempre esteve calcado em modelos e antimodelos de outras nações. Os países latino-americanos, desde o século XIX, sempre serviram de modelo às avessas, sempre foram colocados como lugar de atraso e barbárie, em oposição ao progresso brasileiro. Nos momentos de reafirmação do nacionalismo brasileiro este mito sempre veio à tona. Um destes momentos foram os anos cinquenta do nosso século. Mesmo com uma grande mudança na imprensa da época, operada pelo fotojornalismo, este mito permaneceu vivo e foi "confirmado" pelas fotorreportagens.

Palavras-chave: Nacionalismo brasileiro; América Latina; fotojornalismo; anos

50

Em 1838 foi fundado no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Reunindo renomados intelectuais da época, o Instituto, patrocinado pela jovem coroa brasileira, passou, nas décadas seguintes, a ter como meta a elaboração de estudos dos mais variados assuntos que abrangessem a questão nacional (Gonçalves, 1988). Em verdade, com o financiamento da coroa cada vez maior, a ingerência desta sob os estudos do Instituto tornou-se clara, transformando o Instituto praticamente em um órgão oficial. A coroa iria incentivar cada vez mais que os integrantes do Instituto produzisse trabalhos historiográficos, interpretativos da história nacional.

Nascida de um rompimento não violento com a coroa portuguesa, a nova monarquia brasileira precisava construir, a partir de um amontoado

* Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo.

étnico dispar e de um espaço geográfico ainda desconhecido em grande parte, um conceito abrangente de nação.

Este volumoso trabalho de alinhar uma realidade tão complexa em traços nacionais definidos fora, no entanto, sendo construído pelos intelectuais do Instituto, cujas idéias e conceitos sugeridos, apesar de longínquos, ecoam até os dias de hoje. Neste sentido, intelectuais como Adolfo Varnhagen e Von Martius influenciaram de maneira decisiva as gerações posteriores, estabelecendo temas e objetos que obtiveram da historiografia uma cidadania poucas vezes questionada.

Como não poderia ser de outra forma, a elaboração das idéias de nacional e nação por estes intelectuais passavam pela circunstâncias históricas da época.

Assim como a coroa do primeiro reinado se encontrava às voltas com a demarcação geográfica do território nacional, os intelectuais, colaboradores do Instituto, tinham como questão angular estabelecer, dentro de um campo imaginário, a distinção entre Brasil e os demais vizinhos de fronteira.

O modelo pretendido como o mais adequado para o enquadramento do Brasil, na medida que este era concebido como o continuador do projeto civilizador de Portugal, deveria ser o europeu. Uma vez alcançado o paradigma ideal, surgiu a tarefa de por em evidência seu antagônico, o anti-modelo. Assim, no processo de definir o que era, percorreria-se, também, em dizer, ou formular, o que não era. Definir o ser nacional implicaria definir o que não era nacional, explicar e caracterizar o “outro”, aquele que se punha além fronteira (Gonçalves, 1988).

Neste sentido, o Brasil monárquico, como foi formulado, era o país da paz, da estabilidade política, do conagraçamento de raças. A América Latina republicana era o oposto, o lugar da instabilidade política, da violência, onde a barbárie impedia toda e qualquer manifestação do refinamento cultural.

Quase um século e meio depois, o Brasil dos anos 50 vivia um novo momento de reafirmação do espírito nacional. A mudança de rumo da política interna nacional, encabeçada pelo presidente Juscelino Kubitschek, pregava um país nos moldes do “american way of life”, modernizado a partir da implementação da indústria de bens de consumo duráveis. Segundo as novas metas da política desenvolvimentista, o

grande exportador de café e banana daria lugar a um grande exportador de produtos industrializados.

Em verdade, os anos cinquenta foram marcados pelo ingresso maciço e indiscriminado de equipamento industrial de todas as áreas. A produção industrial do período cresceu em média 80%, tendo algumas delas ultrapassado os 600%, como foram as indústrias do setor de transporte. Entre 1957 a 1961 a taxa de crescimento econômico do país foi de 7% ao ano, o per capita 4% (Skidmore, 1978).

Entre os múltiplos setores que reorganizaram seu parque industrial estava a imprensa. A “modernidade”, via implementação de indústria de consumo, pode ser medido pela quantidade de novas publicações. Em números cada vez maiores e com a inserção de recursos gráficos de última geração, temos nas revistas semanais um termômetro para avaliação das mudanças processadas neste momento, eram em grande número e se especializavam de acordo com um assunto ou faixa etária.

Assim, a maior revista semanal da época, *O Cruzeiro*, fez uma inovação não só no equipamento que aparámentava sua gráfica, mas também na própria linguagem visual da revista, importando a concepção de reportagem a partir do largo uso de fotografias articuladas no enredo da história reportada, uma técnica denominada fotojornalismo¹.

Mais do que uma colagem de fotografias ao lado do texto escrito, esta concepção de reportagem coloca a fotografia como a articuladora central da matéria. Formando um amalgama inseparável, foto e texto escrito fazem parte de uma unidade conduzida pela fotografia. Os pesados textos escritos que caracterizavam as antigas reportagens foram substituídos em um curto espaço de tempo por esta nova concepção (Costa, 1992).

Nesta mesma onda inovadora, em 1952 temos o lançamento da revista *Manchete*, publicada pela Bloch editores. Muito mais do que sua concorrente *O Cruzeiro*, a revista *Manchete* apostou todas suas fichas no fotojornalismo. Em 1954 a revista conseguiu trazer para seus quadros de colaboradores Jean Manzon, justamente o fotógrafo francês que implementou o fotojornalismo em *O Cruzeiro*. Em quantidade ainda maior que a revista dos Jornais Associados, a *Manchete* se valia de fotos coloridas e em abundância nas páginas da revista. Para termos uma

idéia, um exemplar da revista, com 95 páginas, traziam em média 500 (quinhentas) fotografias em 1957.

Este fascínio das revistas pela fotografia era explicado pelas próprias. Em inúmeros editoriais, as mensagens dos editores para os leitores dos respectivos periódicos, sempre ressaltavam a farta documentação fotográfica de determinada reportagem. Em termos jornalísticos, segundo as redações, ser convincente da veracidade da matéria reportada era mostrar os fatos ao leitor sem intermediários, através da foto. Segundo as revistas, as imagens produzidas por meios mecânicos deveriam ser aceitas sem qualquer contestação, pois teriam a garantia de serem o registro implacável e fiel da realidade pela máquina, sendo esta, por sua vez, considerada absolutamente imparcial e isenta de qualquer conteúdo ideológico. Assim, quanto mais fotografias sobre um evento, maior a proximidade do leitor com aquilo que ocorreu e, portanto, na medida que a foto não mente, com a verdade.

Esta concepção da fotografia pelas revistas, ou pelo menos a forma como era vendida ao público, não era exatamente inovadora. Todavia, recebia grande aceitação pelo público. O fotojornalismo se mostrou um sucesso sem paralelos na história da imprensa nacional. Para termos uma idéia, a revista *O Cruzeiro* tinha nos anos 30 uma tiragem de 80.000 (oitenta mil exemplares) semanais². Era, já na época, um fenômeno inédito em termos editoriais. Mas, o êxito da revista após a implementação do fotojornalismo chegou a números até hoje insuperáveis por qualquer outra publicação, o astronômico número de 700.000 (setecentos mil)³ exemplares por semana, atingindo cifras muito maiores em suas edições históricas. O impacto desta inovação no mercado editorial pode ser medido, além da tiragem semanal, pelo fato da revista *O Cruzeiro* ter entre seus “leitores” uma quantidade significativa de analfabetos...⁴

Todavia, por trás desta empolgação com a fotografia escondia-se a vulnerabilidade da própria fotografia como documento imparcial.

Ao contrário das sugestões das redações, o documento fotográfico está muito aquém da suposta imparcialidade e neutralidade do registro fiel da realidade. Por sua própria natureza, a fotografia encerra em suas características uma gama de regras e limites que em última instância desrealiza o próprio real que tenta aprisionar, relacionando-se quase que

inteiramente com as proposições ideológicas de quem utiliza-a (Kossoy, 1989). Senão vejamos.

Primeiramente a fotografia em relação ao olho humano exige uma série de regras para sua interpretação que praticamente impossibilita a leitura de sua mensagem por alguém que não fora treinado nestes moldes culturais. Em linhas gerais podemos elencar as seguintes características da fotografia para o receptor:

1. Abolição da terceira dimensão que transforma o espaço real percebido pela objetiva em espaço virtual da fotografia.

2. Limitação do mesmo espaço, pela própria dimensão da objetiva

3. Eliminação do efeito de movimento.

4. Estrutura descontínua do signo pela própria constituição do suporte da película. A granulosidade passa a ser resolvida pelo olho, mas conserva características essenciais em determinadas situações.

5. Abolição das cores ou possibilidade ou possibilidades de intervenção nos mesmos.

6. Alteração de escala, que por sua vez aumenta ou diminui a percepção da granulosidade.

7. Eliminação de outros estímulos não visuais (Aumont, 1995, Barthes, 1982 e Dondis, 1994)

Essas limitações/características do meio fotográfico já seriam suficientes para a eliminação da pretensa “naturalidade” da mensagem fotográfica. Mas, a parcialidade da fotografia não se encerra apenas nas características da recepção desta pelo leitor. Em verdade, ela pode ser encontrada desde o início de sua produção técnica até a sua efetiva utilização.

Assim, já no processo inicial de elaboração da fotografia identificaremos uma série de escolhas de natureza técnica impostas ao fotógrafo que afastam a imagem fotográfica do objeto fotografado. Por exemplo, a foto estará sempre comprometida com o ângulo escolhido pelo fotógrafo, com a potência da câmera utilizada para o trabalho, com os recursos/técnicas disponíveis para a revelação, bem como o tipo de papel usado para a impressão e as cores nas quais serão impressa a fotografia.

Além disto, na escolha do tema e seu tratamento dispensado pelo fotógrafo, podemos encontrar a filtragem ideológica dispensada pelo operador da câmera. Ao efetuar uma série de escolhas no momento

de executar a fotografia, o fotógrafo exterioriza um posicionamento político que interfere brutalmente na produção do “registro mecânico” (Kossoy, 1989). Tal recorte da realidade está sempre sedimentado na escolha intencional operada pelo fotógrafo – no nosso caso a figura do fotógrafo está mais vinculada as linhas editoriais das revistas do que propriamente com a sua livre escolha, mas nem por isto se colocam como menos importantes as questões acima realçadas. Assim, será desta fração da realidade que, através da fotografia, as revistas irão sugerir como sendo a própria realidade, na sua inteireza, tomando a parte (o que foi fotografado) pelo todo, sugerindo que a fração escolhida é a melhor amostra do verdadeiro. Isto possibilita, portanto, criar a partir da própria realidade uma nova realidade, ou pelo menos uma interpretação desta.

Mas não é tudo. Por último, basta lembrarmos que todo o processo de editoração da revistas é profundamente ideológico. A começar com a escolha da foto a ser publicada, o local de seu enquadramento na própria revista, as legendas escolhidas para realçar maior importância a determinados elementos das fotos em face de outros, e ainda, como recurso extremo de manipulação das fotos, temos as montagem fotográficas através de retirada ou inclusão de datas e informações paralelas que acompanhavam as fotografias, literalmente construindo fatos e situações inexistentes.

Ora, e a América Latina, como era representada nas revistas através desta nova linguagem?

Em linhas gerais podemos responder que a América Latina era reportada mais ou menos da mesma forma como era descrita a mais de um século antes pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A começar pela quantidade de matérias. A América Latina tinha um espaço extremamente reduzido. Em dez anos de reportagem (1954-1964), os países latino-americanos aparecem em menos de cinco dezenas de vezes. Como regra geral, a maior parte das fotografias sobre estes países é em preto e branco, sendo a maioria em tamanho pequeno.

Quanto ao repertório de temas abordados sobre os países latino-americanos, este era mais reduzidos ainda. Do imenso universo de assuntos sobre a América Latina, apenas um ou dois aspectos sobre o conjunto dos países hispânicos foi documentado fotograficamente, sendo reiterados tais temas quase sem variações ou nuanças, reproduzindo as mesmas abordagens para realidades diversas. Ao todo, as revistas

restringiam suas matérias a partir de dois temas principais: turismo e política. Apesar de vários países do continente estarem, paralelamente ao processo brasileiro, implementando uma política desenvolvimentista (e, portanto, obtendo algum resultado) o fato não recebia qualquer tratamento pelas revistas, como se efetivamente não ocorresse⁵.

O tema de longe mais abordado era a política latino-americana.

Dentro do tema política, o assunto privilegiado pelas revistas era o golpe militar. Falar de América Latina era falar de golpe militar, atentados políticos ou das barbáries do estado de exceção. As transições democráticas entre governos civis não era objeto de reportagem pelas revistas⁶. Na verdade, as “reportagens” tinham um caráter explicitamente analítico da notícia. Mais importante que o fato era sua análise, o seu comentário. As matérias expressam muito mais uma opinião sobre o assunto abordado do que o detalhamento do fato. Como por exemplo, em 22.01.1955 (p. 95), a revista *Manchete* publica uma matéria com o título: “Assim é a América Central...”. O assunto da matéria era o homicídio de um presidente centro-americano. Pouco se falou do Presidente morto ou de seu país, a matéria se limitou a demonstrar a instabilidade política da região central das Américas.

Assim, a imagem da América Latina como lugar propício ao golpe continuou sendo usado e reiterado pelas revistas. Representada na revistas pelas fotografias como um lugar incorrigivelmente vocacionado ao estado de exceção, exatamente da mesma forma como fora postulado pelo IHGB. Neste sentido, há várias matérias ressaltando a péssima vocação golpista dos latino-americanos. Principalmente nas colunas das revistas onde é tratada a política internacional, a idéia de América Latina continua sendo reiterada como o lugar vocacionado ao Estado de Exceção, com a diferença de apresentar “as provas” do que estava sendo reportado, ou seja, as fotografias.

Por exemplo, na revista *O Cruzeiro* em 26.10.63 (p. 78), portanto à menos de seis meses do golpe militar no Brasil, Theophilo Andrade analisa os golpes militares na América Latina. Dado a clareza, o texto do autor prescinde de análise:

O que acaba de acontecer na República Dominicana, onde o Presidente Juan Bosh foi deposto por um movimento militar chefiado pelo General Antônio Imbert, é um fato que, embora

chocante para os democratas do Mundo inteiro, está dentro da linha de evolução dos países da América Latina.

É a tradição da América Espanhola que os generais, notadamente os Ministros da Guerra, deponham os Presidentes de Repúblicas. Não honra essa tendência de democracias do nosso mundo ibero-americano. É, contudo, uma tradição que vigorou com maior ou menor freqüência desde que os seus países tornaram-se independentes, e organizaram-se, politicamente, à égide das idéias da Revolução Francesa.

Sem poupar quem quer que fosse, até o grande libertador das Américas, Simon Bolívar, fora incluído entre os ditadores latino-americanos. Mais a frente, na mesma reportagem, a esperada exceção brasileira:

No Brasil, nunca se seguiu o caminho da tirania. E o da ditadura foi evitado até 1930, quando uma onda de revoluções, provocadas pela crise econômica que então avassalou o Mundo, enterrou-nos também em um Estado totalitário, do qual somente nos libertamos quando a derrota do fascismo, nos campos de batalha do Mundo, abriu novas e prometedoras perspectivas à democracia.

Por sua vez, Brasil era apresentado como um país em fase de expansão. Com belezas naturais, com um povo gentil e, principalmente, rumo a prosperidade econômica via industrialização. Com efeito, a imagem do Brasil pelas revistas se aproximava de um país em fase de desenvolvimento nos moldes dos Estados Unidos. Grandes avenidas (Rio e São Paulo), parques industriais gigantescos, hidroelétricas, refinarias de petróleo, auto-estradas, siderúrgicas, e cenas, muitas cenas, de interiores de fábricas automotivas ou de bens de consumo (sobretudo eletrodomésticos), eram as fotografias que estampavam a paisagem brasileira, sem falar do símbolo máximo do desenvolvimentismo, que durante meses ocupou o maior número de matérias das revistas: Brasília.

Por outro lado, as instabilidades políticas, tentivas de golpes ou atentados à ordem eram reportadas como artifícios de grupos isolados, não representativos do pensamento do cidadão brasileiro, ou simplesmente de responsabilidade de um político (como no caso da renúncia de Jânio Quadros). Dentro deste discurso seria inconcebível

para as revistas enquadrar o golpe militar de 64 como golpe no “melhor estilo latino-americano”. Efetivamente, o golpe brasileiro foi apresentado como: “O mais impressionante espetáculo cívico até hoje registrado no Brasil”⁷ “O Povo volta a sorrir”⁸.

Todavia, os anos que se estendem de 54 a 64 são de tempestuosa turbulência política institucional no Brasil. O período que sucedeu a morte de Getúlio Vargas até a posse definitiva de J.K. foi instável, com ameaça de golpe defendido às claras pelo candidato derrotado e, por mais teratológico que pareça, com um golpe militar efetivado pelo próprio defensor da legalidade com a alegação de ser um golpe “preventivo”, unicamente para resguardar as instituições e efetivar a transição da presidência para o candidato vitorioso das urnas⁹. A sequência de arranjos políticos e nomeações que se sucederam entre setembro de 55 e janeiro de 56, com recursos, apelações e votações no plenário do Congresso Nacional – que apesar de sua forma aparentemente legal, não tinham compromissos com a legalidade em si, tanto que as “saídas” encontradas tanto para substituir o presidente como para nomear outro se operaram em confronto com a constituição – não deixam dúvidas quanto a falta de fidelidade às instituições democráticas. A renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart também foram marcadas por crise institucional. Ameaçado de destituição, ou melhor, de não tomar posse, João Goulart foi removido da presidência por um verdadeiro golpe branco, com a implantação do regime parlamentarista, forma de governo derrubado somente em plebiscito geral. O golpe de 64 por sua vez, “no melhor estilo latino-americano”, foi praticamente negado pelas revistas, que meses antes, através de seus principais jornalistas conclamavam a intervenção militar para restituir a ordem no país, e ao mesmo tempo, em completa contradição, classificavam pejorativamente tal intervenção militar no Peru. Em paradoxo gritante, a palavra golpe militar não fora citada uma única vez pelas revistas para designar o que ocorreu em abril de 64. Como já dissemos, as manchetes das revistas classificavam-no como grande demonstração de civismo do povo brasileiro. “Uma guinada para a democracia”¹⁰. As fotografias do golpe militar brasileiro mais se assemelhavam à cobertura da chegada dos jogadores de futebol após a conquista da copa do mundo de 58 e 62. Intensa chuva de papel picado lançados pelos prédios das grandes avenidas das principais metrópoles

do país e um gigantesco público comemorando a vitória da revolução nas ruas foi a forma de representar o golpe brasileiro pelas revistas.

Sob qualquer ângulo que se tome os anos entre 54 e 64 chegaremos a conclusão que foi um período conturbado da história política nacional. Todavia, a fragilidade das instituições nacionais não era noticiada pelas revistas.

Isto porque, estabelecido que o Brasil era o oposto dos demais países latino-americanos, os mesmos acontecimentos, da mesma natureza político-institucional, eram expostos de maneira diferentes. Por mais semelhantes que fossem os acontecimentos e a natureza das crises, a associação do Brasil com os demais países latino-americanos era inconcebível para as revistas. A definição do Brasil como o oposto dos demais países hispânicos era fundamental para definir nossa própria situação no continente. Assim, o Brasil moderno – entendido como sinônimo de industrialização – e amante da ordem institucional estava acima e além da desordem e atraso dos demais vizinhos de continente.

No processo de imaginar o Brasil, dado as igualdades e proximidades com os demais países latino-americanos, tornou-se impraticável fazê-lo sem definir também a América Latina. No entanto, defini-la implicava em estabelecer diferenças e desigualdades que a distanciasse do Brasil. Desde seu início, a formulação da idéia de Brasil foi em oposição aos demais países latino-americanos. Nossos vizinhos hispânicos sempre foram classificados como violentos, desrespeitosos das instituições civis e frágeis às investidas militares, como se o mesmo não se operasse também no Brasil, como se fosse um atributo apenas dos “outros” países latino-americanos. Tal idéia parece ter transcórrido décadas e se solidificado através da produção historiográfica e mais amplamente por vários ramos da intelectualidade brasileira (As revistas analisadas contavam com intelectuais de expressão nacional, como Cecília Meireles e Gilberto Freire). Todavia, a história brasileira é eivada de crises institucionais e de revoltas internas, todas elas controladas às custas de repressão armada. Sem tirarmos os curtos período de efetiva democracia, que também em sua maioria eram constantemente ameaçadas por novos golpes, a maior parte de nossa história é contada com revoltas e crises institucionais resolvidas via confronto armado.

Nesta lista de “soluções” violentas, além do século XIX, repleto de massacres oficiais, o século XX também dificilmente será lembrado como um período de estabilidade política-institucional no Brasil. Entretanto, o malabarismo retórico das revistas foi afinado com a lógica de definição do nacional colocando os países latino-americanos como opostos e indesejáveis, uma lógica da exclusão.

Neste sentido, as revistas revelam com grande acuidade a forma como determinados mitos políticos atingem sua materialização. Como idéias construídas politicamente tomam corpo e se solidificam em “fatos”. O período desenvolvimentista brasileiro dos anos 50/60 é significativo porque além das mudanças políticas e econômicas temos uma nova fase na imprensa nacional, uma nova modalidade de imprensa calcada na foto, no registro óptico-mecânico, e na crença de ser tal instrumento um veiculador de verdades. No entanto, a nova instrumentalização da imprensa serviu apenas como mais um mecanismo (novo na forma) para veicular velhas idéias, dando um status de verdade.

Abstract

The present paper seeks to show how the building of the Brazilian nationalism had been inspired by the other nations' examples. Since the XIXth century the other Latin-American nations were considered to be the upside down pattern if it is made a comparison to Brazilian economic progress so they were the place of lateness and uncivilization. This myth of Brazilian Nationalism had been revived in the fifties when the changes in the press by the introduction of images in newspapers reports had stressed that comparison.

Key-words: Brazilian Nationalism; Latin-America; press; the fifties years.

Notas

- 1 A entrada do Fotojornalismo no Brasil pode ser datado em 1943, com o ingresso de Jean Manzon na revista *O Cruzeiro*. Apesar de seu sucesso imediato, a nova técnica atinge seu auge e se solidifica enquanto linguagem nos anos cinquenta.
- 2 Sobre estes números ver MORAIS, Fernando. *Chatô. O Rei Do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p 264.

- 3 Em verdade este número era bem maior se considerarmos a tiragem internacional de *O Cruzeiro*, com aproximadamente 250.000 toda quinzena.
- 4 Cinco por cento dos “leitores” fluminenses da revista e 0,2 por cento em São Paulo. Isto demonstra a repercussão do fotojornalismo nas revistas. Neste sentido ver GONTIJO, Silvana. *A Voz Do Povo. O Ibope do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996, p. 91.
- 5 O México, o Uruguai, o Perú, e vários outros países latino americanos também estavam implementando uma política desenvolvimentista, mas em nenhum momento foram citados. Sobre o desenvolvimentismo dos países latino-americanos ver Rouquié, Alain. *O Extremo Ocidente*. São Paulo: Edusp, 1992
- 6 Sobre este assunto ver Gonzalez Casanova, Pablo. *América Latina. História de Meio século*. México: Siglo Vinteuno, 1988.
- 7 *Manchete*, edição extraordinária, abril 1964.
- 8 *O Cruzeiro*, 04.04.64, p. 47
- 9 Sobre o golpe preventivo do general Lott ver Skidmore, Thomas. *Brasil. De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 194
- 10 *O Cruzeiro*, 04.04.64, p. 46

Referências bibliográficas

- AUMONT, Jaques. *A Imagem*. Campinas: Papyrus, 1995.
- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1982.
- BENEVIDES, Maria Vitória. *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CARDOSO, Mirian Limoeiro. *Ideologia do Desenvolvimento: Brasil JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- COSTA, Heloíse. *Aprenda a Ver as Coisas: Fotojornalismo e Modernidade na Revista O Cruzeiro*, São Paulo, 1992, Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes, USP.
- DONDIS, Donis A. *Sintaxe da Linguagem Visual*. São Paulo: Martins Fontes, 1991

- DUBOIS, Philippe. *O Ato Fotográfico*. Campinas: Papyrus, 1994
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado, *Nação e Civilização nos Trópicos*,
Revista de *Estudos Históricos* UFRJ, Rio de Janeiro, n. 1, 1988
- GONZALEZ CASANOVA, Pablo. *História Contemporânea da América Latina. Imperialismo e libertação*. São Paulo: R.T., 1987
- _____. *América Latina: História de Meio Siglo*. México: Siglo Vinteuno, 1988.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989.
- MORAIS, Fernando. *Chatô. O Rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente*. São Paulo: Edusp, 1992
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil. De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.